



PREFEITURA MUNICIPAL DE
TUPARETAMA
Progresso se Faz com Trabalho

Tuparetama (PE), 29 de setembro de 2022.

OFÍCIO N° 075/2022

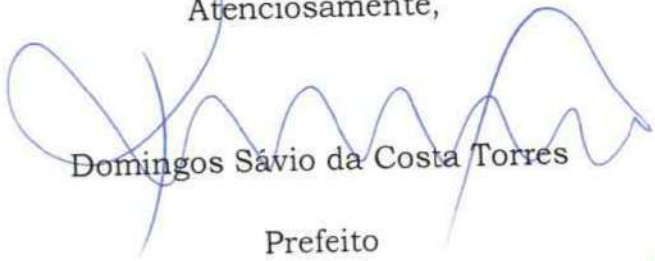
Senhor Presidente,

Cumprindo as disposições constitucionais, encaminhamos à apreciação do Poder Legislativo a Proposta do Orçamento Municipal para 2023, compreendendo:


- I - Mensagem;
- II - Projeto de Lei; e
- III - Anexos.

Ao ensejo renovamos votos de apreço e consideração, ficando ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos por ventura necessários.

Atenciosamente,


Domingos Sávio da Costa Torres

Prefeito


Maria Helena de L. e Silva
Téc. Administrativo II
Mat. 18-1

30/09/2022

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Tuparetama (PE)



PREFEITURA MUNICIPAL DE
TUPARETAMA
Progresso se Faz com Trabalho

Tuparetama (PE), 29 de setembro de 2022.

MENSAGEM

Excelentíssimos

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Atendendo as exigências do caput e inciso III do art. 165 da Constituição Federal, o Poder Executivo tem a honra de apresentar à Câmara Municipal de Vereadores o Projeto de Lei do Orçamento do Município para o exercício de 2023, composto do texto legal e dos anexos que acompanham esta mensagem.

A proposta orçamentária ora apresentada foi elaborada de acordo com as disposições da Constituição da República, da Lei que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para 2023, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000, além de guardar sintonia com o Plano Plurianual vigente para o triênio 2023/2025.

Para conhecimento de V. Ex^{as}. e atendimento a disposições expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, cumpre-nos fazer as seguintes considerações:

1 – CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Inobstante a crise financeira que tem conturbado a economia nacional durante os exercícios de 2020, 2021 e de 2022, a política econômica do Governo Federal tem mantido a inflação de acordo com a meta e seguido premissas de responsabilidade fiscal que estão consolidando fundamentos tendentes a retomada do crescimento sustentável.

CNPJ nº 11.358.124/0001-60

Av. Central, s/n – Centro – Tuparetama/PE – CEP:56760-000 Fone/Fax: (87) 3828-1156

Site: www.tuparetama.pe.gov.br – E-mail: gabinete@tuparetama.pe.gov.br



Esta política de equilíbrio adotada pelo governo central, ao nosso sentir, vem sendo ajudada pela adoção tempestiva de medidas com o objetivo de recompor o volume de crédito, prover a liquidez do mercado de câmbio, e minimizar a queda na atividade econômica e no investimento sem, contudo, prejudicar o compromisso com as diretrizes da política macroeconômica.

É de sabença que a arrecadação tributária no Brasil tem forte concentração na União, por conseguinte, o perfil da arrecadação municipal e os números constantes dos relatórios de gestão fiscal publicados na Internet, pela maioria dos municípios brasileiros, demonstram que esta realidade permanece.

Diante dessa constatação, podemos afirmar, portanto, que os municípios, principalmente aqueles de menor porte no interior, são dependentes de transferências de parte de alguns impostos arrecadados pelo Governo Federal, notadamente do FPM e também de recursos transferidos pelo Estado, como o ICMS e o IPVA.

Contudo, apesar do esforço empreendido na busca do pleno exercício da competência tributária reservada ao Município pela Constituição da República, no que concerne à previsão e efetiva arrecadação dos impostos predial e territorial urbano, transmissão inter-vivos e sobre serviços de qualquer natureza, exigência, aliás, contida no artigo 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a fatia mais significativa da receita municipal tem como fontes os recursos transferidos.

Todavia, importa ressaltar que o nosso Município experimentou durante parte deste exercício de 2022, um discreto incremento na arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN e IPTU, objeto de uma cobrança sistematizada focada nesses dois segmentos tributários.

Decerto que inobstante divulgação oficial do Governo Federal quanto ao crescimento do PIB brasileiro, para 2022, na ordem de 2,26%, o mercado estima essa expectativa, numa cabal demonstração de equilíbrio macroeconômica nacional, porém com coerente prudência.

Por essa linha de pensamento, a nível Federal, alimentamos expectativas de uma situação favorável, com melhoria da arrecadação, se comparada ao exercício financeiro que ora vivenciamos.

No aspecto financeiro o Município situa-se dentro de um contexto regular, conquanto se resgatem nos termos e valores contratados, dentro dos prazos, os compromissos assumidos, principalmente as dívidas previdenciárias e assemelhadas, justificando a adoção de uma



política econômico-financeira de equilíbrio, situando as políticas públicas municipais dentro de normas e parâmetros fiscais.

2 - JUSTIFICATIVAS DA RECEITA ESTIMADA E DA DESPESA ORÇADA

As informações geradas nos relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária publicados no ano em curso, bem como a expectativa de desempenho da receita, até o mês de dezembro de 2022 sugerem uma arrecadação aproximada de R\$ 37.176.000,00 (trinta e sete milhões cento e setenta e seis mil reais) enquanto que a previsão para o exercício de 2023 igual a estimativa do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, situada em R\$ 47.652.000,00 (quarenta e sete milhões seiscentos e cinquenta e dois mil reais). Esta estimativa é justificada pelas quedas nas transferências voluntárias ocorridas nos últimos dois meses do exercício corrente, porém temos a previsão de recursos de convênios com o governo federal, e arrecadação das receitas próprias, com destaque para o IPTU e a dívida ativa tributária que, espera-se seja paga pelos contribuintes com adoção de medidas de cobrança eficazes.

A despesa prevista contempla os programas definidos no Plano Plurianual, as metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de considerar os dispêndios específicos de cada dotação observados no período de janeiro a junho do ano em curso, o aumento real do salário mínimo, a perspectiva de inflação e situa-se dentro da capacidade de custeio e investimentos do Município.

3 - O ORÇAMENTO DE CAPITAL

Para o Orçamento de Capital foi previsto o valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), que representa 4,83% da proposta que está sendo apresentada, incluindo recursos de transferências e contrapartida do Município.

4 - OBSERVAÇÕES GERAIS



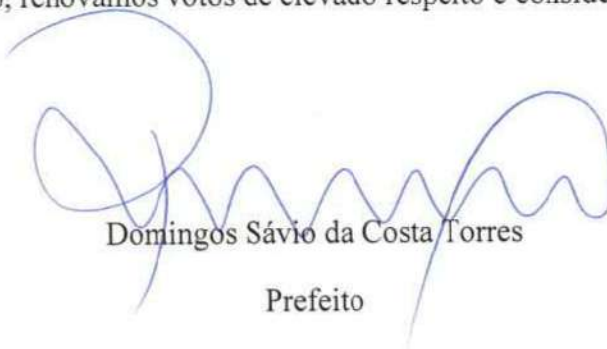
Não estão sendo previstas reduções na arrecadação decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios, de natureza financeira e tributária. Desta forma, por desnecessário, a proposta não é acompanhada do demonstrativo a que se refere § 6º do artigo 165 da Constituição Federal e o inciso II do artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

A compatibilidade da programação da proposta orçamentária com os objetivos e metas do Anexo de Metas Fiscais, de que trata o inciso I do art. 5º da LRF, observada nos diversos anexos e demonstrativos que integram e acompanham a proposta ora apresentada, evidencia a permanente preocupação do governo com o cumprimento da Lei e seus limites.

Prestadas as informações exigidas por lei, ficamos na expectativa da aprovação do projeto, ao tempo em que colocamo-nos à disposição de V. Ex^{as}. e ou das comissões técnicas do Poder Legislativo Municipal, para quaisquer informações e esclarecimentos que porventura sejam necessários.

Ao ensejo, renovamos votos de elevado respeito e consideração.



Domingos Sávio da Costa Torres
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE
TUPARETAMA
Progresso se Faz com Trabalho

PROJETO DE LEI n° 010/2022.

EMENTA - *Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município DE TUPARETAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Senhor DOMINGOS SÁVIO DA COSTA TORRES, Prefeito do município de Tuparetama, localizado no estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como, pelo art. 165 da Constituição Federal e do inciso III do § 1° do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 031/2008, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO ÚNICA

DA ABRANGÊNCIA

Art. 1°. Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2023 e fixa a Despesa em igual importância, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5° da Constituição Federal:

- I** - O orçamento fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;
- II** - O orçamento da seguridade social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos, responsáveis pela saúde e assistência social.

CNPJ n° 11.358.124/0001-60

Av. Central, s/n - Centro - Tuparetama/PE - CEP:56760-000 Fone/Fax: (87) 3828-1156

Site: www.tuparetama.pe.gov.br - E-mail: gabinete@tuparetama.pe.gov.br



CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º. A receita orçamentária total é estimada em R\$ 47.652.000,00 (quarenta e sete milhões seiscentos e cinquenta e dois mil reais), observando-se ao disposto no art. 5º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 33.734.000,00 (trinta e três milhões setecentos e trinta e quatro mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 11.618.000,00 (onze milhões seiscentos e dezoito mil reais), onde:

- a)** R\$ 4.120.000,00 (quatro milhões cento e vinte mil reais) compreende receitas de saúde;
- b)** R\$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais) compreende receitas de assistência social;
- c)** R\$ 6.953.000,00 (seis milhões novecentos e cinquenta e três mil reais) correspondente às receitas do Regime Próprio de Previdência Social.

III - Orçamento de Investimentos no valor R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais).

Art. 3º. As receitas são estimadas por rubrica específica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo 01.

Art. 4º. As Receitas estimadas no orçamento serão arrecadadas na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo 02.

SEÇÃO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º. A Despesa Orçamentária total, no mesmo valor da Receita, é fixada por função, Poderes e Órgãos, em R\$ 47.652.000,00 (quarenta e sete milhões seiscentos e cinquenta e dois mil) e desdobrada nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias em:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 25.563.450,00 (vinte e cinco milhões quinhentos e sessenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 19.195.675,00 (dezenove milhões cento e noventa e cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais), onde:

a) R\$ 12.097.675,00 (doze milhões noventa e sete mil seiscentos e setenta e cinco reais) compreende despesas com saúde;

b) R\$ 2.382.000,00 (dois milhões trezentos e oitenta e dois mil reais) são despesas com assistência social;

c) R\$ 4.716.000,00 (quatro milhões setecentos e dezesseis mil reais) correspondentes às despesas com previdência social.

III - Orçamento de Capital, no valor de R\$ 2.892.875,00 (dois milhões oitocentos e noventa e dois mil oitocentos e setenta e cinco reais).

Parágrafo único - R\$ 9.814.675,00 (nove milhões oitocentos e quatorze mil seiscentos e setenta e cinco reais) das despesas fixadas nas alíneas "a" e "b", do inciso II deste artigo, serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal.

SEÇÃO III

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS

Art. 6º. A Despesa Total, fixada por Funções, Sub-funções, Projetos, Atividades e Operações Especiais dos Poderes e Órgãos, está discriminada nos Anexos 06 a 09 desta Lei, consoante disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e regulamentações específicas.

Art. 7º. As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa.



SEÇÃO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a dez por cento da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos permitidos no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64 e disposições da LDO para 2022.

Art. 9º. O limite autorizado no art. 8º não será onerado quando o crédito se destinar a:

- I - Pessoal e encargos sociais;
- II - Pagamento do sistema previdenciário;
- III - Pagamento do serviço da dívida;
- IV - Transferências de fundos ao Poder Legislativo;

SEÇÃO V

DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária nos termos do art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000, obedecidas às normas do Banco Central do Brasil e Resoluções do Senado Federal, desde que as obrigações sejam pagas dentro do mesmo exercício de 2022.

II - Contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como a execução de programas de habitação e saneamento, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente.

CAPÍTULO III

SEÇÃO ÚNICA



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. A utilização de dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos próprios.

Art. 12. Na fixação dos valores das dotações para pessoal foram consideradas projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do §1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.

Art. 14. O Poder Executivo estabelecerá Programação Financeira, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com as receitas a fim de obter o equilíbrio financeiro.

Art. 15. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos a partir de 1º janeiro de 2023.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
Aos 29 dias do mês de setembro de 2022.


DOMINGOS SÁVIO DA COSTA TORRES
PREFEITO